



Expresso

20-08-2016

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 131300

Temática: Justiça

Dimensão: 2005 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/16

“NÃO HÁ VONTADE POLITICA DE PERSEGUIR OS PODEROSOS”

Entrevista a Elina Fraga, bastonária da Ordem dos Advogados #16



FOTO: TIAGO MIRANDA

SOCIEDADE JUSTIÇA

Elina Fraga Bastonária da Ordem dos Advogados

“Há advogados deputados que veem a AR como um centro de negócios”

MICHAEL PEREIRA

A meio de agosto, depois de umas férias na Croácia e em Itália, e a três meses de se recandidatar a bastonária da Ordem dos Advogados, Elina Fraga recebeu o Expresso no palácio do Largo de São Domingos, em Lisboa, para fazer aquilo a que habituou o meio judiciário. Falar abertamente.

■ Chegou a dizer que a reforma da Justiça levada a cabo pelo anterior governo não tinha legitimidade democrática e que era a negação do próprio Estado de direito. Hoje diria o mesmo?

■ O tempo encarregou-se de confirmar todas as críticas que teci ao mapa judiciário. Essa contestação inicial aconteceu num momento em que os outros operadores judiciários se demitiram da sua função de defender a Justiça em Portugal.

■ Está a falar de quem?

■ Da Associação Sindical dos Juizes Portugueses, do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, do Conselho Superior da Magistratura. Houve um silêncio quando foi anunciada a reorganização judiciária.

■ Olhando para as estatísticas, a Justiça não está mais rápida e eficaz?

■ Se um cidadão não tem condições económicas para pagar os honorários de um advogado, não basta que a justiça seja célere.

■ Como é a sua relação com a atual ministra da Justiça?

■ Tenho uma excelente relação com esta ministra, que recebeu desde logo um primeiro contributo importante da Ordem no que diz respeito aos tribunais de família e menores. Sempre que um tribunal de família e menores dista mais de 30 quilómetros, é possível a um cidadão interpor uma ação no tribunal que se situa no seu concelho. Tem havido outros contributos, designadamente naquilo que diz respeito à necessidade de alteração do sistema de acesso ao direito, com a atualização da tabela de honorários das defesas oficiosas e o pagamento das deslocações aos advogados. Nós temos estado em permanente interação nos bastidores.

■ Não é irónico que se dê melhor com ela do que com a ministra anterior, que partilhava consigo o facto de ser também advogada e militante do PSD?

■ O único partido de que sou militante neste momento é o da cidadania ativa e daquilo que eu considero serem princípios e valores inalienáveis do Estado de direito.

■ Aqueles que lhe são críticos dizem que não obtive muitas vitórias nestes três anos. Como reage a isso?

■ Reajo com muita satisfação. Travei todas as batalhas que achei importantes para defender os interesses dos advogados e dos cidadãos. Prefiro correr o risco de ter derrotas.

■ Acha que há muitas pessoas que condicionam as suas posições públicas de acordo com os seus interesses políticos?

■ Basta visitar a casa da democracia, que é a Assembleia da República. Há um número muito significativo de deputados que têm as suas consciências hipotecadas e que se demitiram da defesa da cidadania. A questão do mapa judiciário foi disso a evidência por excelência. Nós tivemos deputados que nas regiões pelas quais foram



Natural de Valpaços e advogada em Mirandela, Elina Fraga, de 45 anos, vai tentar a reeleição como bastonária a 18 de novembro FOTO TIAGO MIRANDA

eleitos contestaram o mapa judiciário mas que depois votaram a favor dele no Parlamento.

■ Como é que ainda há deputados que continuam a acumular a advocacia com a atividade no Parlamento?

■ Como bastonária assumi um papel muito crítico em relação a essa distorção absoluta quer da profissão de advogado quer do papel de deputado. Alguém pode atender um cliente de manhã e fazer uma lei à tarde capaz de abstratamente beneficiar esse cliente. O reforço da transparência exige que haja uma incompatibilidade do exercício da advocacia com a função de deputado.

■ Por que é que isso não acontece?

■ Porque o estatuto da Ordem dos Advogados é uma lei aprovada pela Assembleia da República. Um número significativo de deputados não concorda com isso. Embora tenha de deixar aqui uma nota: há deputados que são advogados e decidiram não exercer advocacia durante o seu mandato. É o caso de Isabel Moreira, por exemplo, que tem a sua inscrição na Ordem sus-

pensa. Mas também existem outros que veem a Assembleia da República como um centro de negócios, aproveitando a sua capacidade de influência e a sua rede de conhecimentos para promover uma angariação ilícita de clientela.

■ O seu antecessor, Marinho e Pinto, disse, em relação ao caso de José Sócrates, que o ex-primeiro-ministro nunca devia ter estado preso e que a justiça vai acabar por transformá-lo num herói. Concorda?

■ Não me pronuncio sobre casos concretos. É uma marca do meu mandato.

■ Não chegou a pedir para ser assistente da Operação Marquês?

■ Não. Apenas afirmei publicamente que é investigação criminal que, clara e inequivocamente, viola o segredo de justiça. Entre outros processos, também na Operação Marquês. Houve uma determinada notícia que foi publicada pelo semanário “Sol” num momento em que não havia advogados constituídos e apenas a investigação criminal tinha acesso ao processo. Quando denunciou esta situação, a senhora procuradora-geral da República decidiu abrir um inquérito-crime.

■ Como correu esse inquérito sobre violação do segredo?

■ Aí funcionou realmente com uma grande celeridade. Uma semana e meia depois recebi um despacho de arquivamento. Concluíram que não se afiguravam necessárias quaisquer outras diligências no inquérito. A verdade é que os documentos que eu entreguei eram claros e mereciam toda uma investigação criminal. Se há violação de segredo de justiça, há uma distorção das regras. Põe-se em causa a presunção da inocência.

■ O que acha de João Araújo, advogado de José Sócrates, chamar cães aos jornalistas e acusar o Ministério Público de fazer perseguições políticas?

FIM DE MANDATO

A frente de 31 mil advogados

Nunca houve tanta gente a praticar advocacia como agora.

Há cerca de 31 mil inscritos na Ordem de Advogados, mais três mil do que quando Elina Fraga foi eleita bastonária em 2013,

substituindo no lugar António Marinho e Pinto, que apoiou a sua candidatura. “O número duplica a cada dez anos.”

Elina Fraga defende, tal como defendia antes Marinho e Pinto, que hoje em dia quem quiser ser advogado deve ter mestrado e não apenas a licenciatura. Isso ainda não é assim, mas Fraga destaca algumas das suas vitórias relacionadas com a massificação da profissão:

uma formação mais prática e objetiva durante o estágio, ao mesmo tempo que o próprio tempo de estágio foi reduzido de 24 para 18 meses; e a melhoria das condições oferecidas aos jovens advogados nos grandes escritórios.

“Havia sociedades que não respeitavam licenças de maternidade ou o direito inalienável a férias. Hoje são direitos indiscutíveis. Um dos objetivos que consegui alcançar foi salvaguardar os direitos dos advogados”. Incluindo, diz, assegurar salários razoavelmente dignos para quem começa.

■ Sou contra a injúria gratuita, naturalmente. Mas sobre a opção estratégica de defesa que [João Araújo] faz e se há a quebra de algum dever deontológico, temos o conselho de deontologia para se pronunciar.

■ Os meios atuais são suficientes para investigar os poderosos?

■ Não são, claramente, suficientes. Não há vontade política de perseguir os poderosos, de que haja investigações que resultem no final na aplicação de uma pena de prisão. E, se reparar, todas as contraordenações que são aplicadas a pessoas poderosas acabam sempre por preservar. As coimas milionárias que são aplicadas dão títulos de jornal, mas depois essas coimas não são cobradas pelo Estado porque existem advogados especializados em fazer correr prazos que estão previstos na lei, utilizando-se expedientes dilatórios para conseguir a prescrição.

■ Os recursos para os tribunais arbitrais são expedientes dilatórios?

■ Claro. São os tribunais judiciais que têm garantias de isenção e imparcialidade absolutamente reforçadas. Por que é que os contratos públicos, quando há um litígio, são resolvidos por tribunais arbitrais, quase sempre com o Estado a ter condenações graves?

■ Está a levantar suspeitas sobre quem?

■ O que lhe posso dizer é que a anterior ministra da Justiça é uma das fundadoras da associação portuguesa de arbitragem. A dra. Paula Teixeira da Cruz, enquanto advogada, contribuiu para a afirmação da arbitragem em Portugal. E enquanto ministra da Justiça colocou um enfoque muito grande na arbitragem, tornando-a obrigatória em relação a determinadas matérias. Em simultâneo, desqualificou os tribunais, que são órgãos de soberania. Isso são factos. Não é a minha interpretação.